MATRIZES EPISTÊMICAS ANTICOLONIAIS: o enfrentamento ao eurocentrismo e à matriz colonial de poder

ANTICOLONIAL EPISTEMIC MATRICES: confronting eurocentrism and the colonial matrix of power

Antonio Carlos Lobato Nery[1]

William Lima Duarte[2]

David Junior de Souza Silva[3]

Resumo: Neste ensaio, apresentamos a estrutura de algumas epistemologias contemporâneas que têm natureza anticolonial, desconstroem o absolutismo epistemicida do eurocentrismo e constroem quadros epistemológicos próprios. Metodologicamente, trataremos neste texto das epistemologias dos estudos culturais, pós-coloniais, de filosofias indígenas, filosofias africanas e afrodiaspóricas, tendo como base a obra de autores representativos de cada uma: Valentin Y. Mudimbe, Frantz Fanon (2008), Stuart Hall (2008), Ailton Krenak (2020), Oyèrónké Oyewùmí (2004) e Henrique Cunha Junior (2020). Desse modo, essas epistemologias reunidas neste breve ensaio dão uma amostra do esforço de desconstrução descolonizadora do eurocentrismo e da construção de novas bases epistemológicas que aperfeiçoam o quadro heurístico das ciências sociais em direção a um mundo livre da herança do colonialismo e do eurocentrismo.

Palavras-chave: filosofias indígenas; filosofias africanas; pensamento afrodiaspórico; decolonialidade; estudos culturais; estudos pós-coloniais.

Abstract: In this essay, we present the structure of some epistemologies that are anti-colonial in nature, deconstruct the epistemic absolutism of Eurocentrism and build their own epistemological frameworks. Methodologically, we will deal in this text with the epistemologies of cultural studies, post-colonial studies, indigenous philosophies, African philosophies and Afro-diasporic philosophies, based on the work of representative authors of each one: Valentin Y.

[1] Discente do curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade Federal do Amapá. Integrante do PET Ciências Sociais. E-mail: antoniocarloss1998@gmail.com. Lattes: http://lattes.cnpq.br/8784677050132992. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4055-3884.

[2] Discente do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá. E-mail: williamlimaduarte@outlook.com.br. Lattes: http://lattes.cnpq.br/5801836493267141. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7802-0229.

[3] Professor do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Amapá (PROFHISTÓRIA/UNIFAP) e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (PPDSR/UEMA). E-mail: davi_rosendo@live.com. Lattes: http://lattes.cnpq.br/4265076306351873. Orcid: http://orcid.org/0000-0003-2336-4870.

Mudimbe, Frantz Fanon (2008), Stuart Hall (2008), Ailton Krenak (2020), Oyèrónké Oyewùmí (2004) and Henrique Cunha Junior (2020). In this way, the epistemologies brought together in this brief essay show the effort to deconstruct eurocentrism and build new epistemological bases that improve the heuristic framework of the Social Sciences towards a world free from the legacy of colonialism and Eurocentrism.

Keywords: indigenous philosophies; African philosophies; Afro-diasporic thought; decoloniality; cultural studies; post-colonial studies.

Introdução

Uma das principais instituições da Modernidade/Colonialidade é o racismo/sexismo epistêmico, por meio do qual o eurocentrismo, como ideologia da superioridade europeia sobre todos os povos do mundo, desqualificou as cosmologias e epistemes características da humanidade em todas as suas culturas (Grosfoguel, 2016).

As epistemologias científicas europeias têm certa diversidade entre si, porém constituíram-se em harmonia com a matriz colonial de poder de Europa e seus projetos coloniais. Não obstante seu esforço absolutista de colonização, genocídio, etnocídio e epistemicídio, as epistemes dos povos da humanidade perseveraram e realizam contestação à pretensão de monopólio da autoridade epistêmica por Europa. Neste ensaio, apresentamos a estrutura epistemológica de algumas epistemologias que têm natureza anticolonial, desconstroem o absolutismo epistemicida do eurocentrismo e constroem quadros epistemológicos próprios. O debate aqui não tem a pretensão, por si só impossível, de ser exaustivo; todavia, objetiva-se somar aos esforços de interpretação filosófica do significado dessas novas epistemologias. Nas ciências sociais, essas novas epistemologias ajudam a repensar formas do fazer científico, ampliando o cânone e a visão de mundo científica para além das epistemologias clássicas que conhecemos, tais como o empirismo lógico, a fenomenologia, a hermenêutica, o marxismo, o historicismo, o funcionalismo, o estruturalismo e pós-estruturalismo, que se estruturam com base em uma visão de mundo eurocêntrica e sobre a matriz colonial de poder (Mignolo, 2008). Contrariamente, as novas epistemologias são, em sua maioria, elaboradas fora desses núcleos de conhecimento, contra a matriz colonial de poder, interrompendo, assim, a hegemonia de conhecimento e possibilitando pensar a atualidade de outras formas epistêmicas.

Mignolo e Veiga (2021, p. 25-26) demonstram as nuances dessa tentativa de desqualificação epistêmica realizada pelo eurocentrismo: "Como sabemos: o primeiro mundo tem conhecimento, o terceiro mundo tem cultura; os nativos americanos têm sabedoria, os anglo-americanos têm ciência". Todos os povos têm suas matrizes de conhecimento — isto é uma característica da humanidade. Porém, suas epistemes têm sido destruídas pela colonialidade; ainda assim, sempre resistiram, e agora entram nas ciências sociais para desconstruí-las e reconstruí-las por dentro.

Em primeiro lugar, é preciso ter em mente que o eurocentrismo realiza um processo de outrificação de todos os povos, com isso deslegitimando suas matrizes de saber. Trabalhar em novas epistemologias é pensar em estudos do Outro. Isto quer dizer que, diante da outrificação realizada pelo eurocentrismo e pelas ciências sociais assentadas na matriz colonial de poder, as epistemologias construídas por intelectuais desses povos submetidos à colonização têm sentido anticolonial e têm como tarefa a descolonização e a autonomia política e epistemológica da humanidade em suas formas culturais. Mas que Outros são esses? Quem são os sujeitos destas novas epistemologias? São Outros no sentido de afastamento, de fuga da lógica estabelecida pelo

absolutismo epistemológico eurocêntrico — raciocínios construídos por sujeitos posicionados antagonicamente à matriz colonial de poder. Metodologicamente, trataremos neste texto das epistemologias dos estudos culturais, pós-coloniais, de filosofias indígenas, filosofias africanas e afrodiaspóricas, tendo como base a obra de autores representativos de cada uma: Valentin Y. Mudimbe, Frantz Fanon (2008), Stuart Hall (2008), Ailton Krenak (2020), Oyèrónké Oyewùmí (2004) e Henrique Cunha Junior (2020).

Ailton Krenak

A primeira obra que abordamos é a do filósofo indígena Ailton Krenak, intitulada *A vida não é útil* (2020). A obra, poder-se-ia dizer, é uma reflexão ontológica sobre a vida. Diante do momento crítico vivido pela humanidade, Krenak (2020, p. 45) inicia assenta sua reflexão: "Neste momento, estamos sendo desafiados por uma espécie de erosão da vida. Os seres que são atravessados pela modernidade, a ciência, a atualização constante de novas tecnologias, também são consumidos por elas". Prosseguindo, o autor ressalta que "[...] o nosso desejo é infinito, e, se o nosso desejo não tem limite, então vamos comer este planeta todo" (Krenak, 2020, p. 46). Na reflexão do autor, a ganância humana no capitalismo tem sido autofágica e tem levado à destruição da própria vida humana na Terra. Conforme o autor, a sociedade eurocêntrica, capitalista, transformou o mundo em mercadoria, impondo uma exploração sem limites à natureza em escala planetária. A natureza e a humanidade — em outras palavras, a vida — foram reduzidas à mercadoria, a uma ficção capitalista (Krenak, 2020). Em sua ontologia, o autor defende outro significado para a vida:

> [...] vida não tem utilidade nenhuma. A vida é tão maravilhosa que a nossa mente tenta dar uma utilidade a ela, mas isso é uma besteira. A vida é fruição, é uma dança, só que é uma dança cósmica, e a gente quer reduzi-la a uma coreografia ridícula e utilitária. Uma biografia: alguém nasceu, fez isso, fez aquilo, cresceu, fundou uma cidade, inventou o fordismo, fez a revolução, fez um foguete, foi para o espaço; tudo isso é uma historinha ridícula. Por que insistimos em transformar a vida em uma coisa útil? Nós temos que ter coragem de ser radicalmente vivos, e não ficar barganhando a sobrevivência. Se continuarmos comendo o planeta, vamos todos sobreviver por só mais um dia (Krenak, 2020, p. 48).

O intelectual indígena demonstra sua posição contrária ao estado de coisas atual, o qual, imposto pelo capitalismo, faz pensar a existência de modo utilitarista e a vida humana como mercadoria, levando à destruição do planeta pelo colapso climático.

Mudimbe e o conceito de invenção

O autor Valentin Y. Mudimbe é um filósofo congolês cujas produções versam sobre cultura africana e história intelectual. Aqui, abordamos sua obra *A Invenção da África: gnose,*

filosofia e a ordem do conhecimento, que trata sobre a filosofia africana. Na obra, o autor demonstra o que chama de processo de invenção da África pelo sistema colonial e de que forma essa invenção foi instrumentalizada pelos colonizadores.

A marginalidade da África, de acordo com Mudimbe, está ligada ao fator da colonização, mas também à classificação dos seres humanos e das sociedades, na qual, teológica, biológica e socialmente, a África é colocada como inferior. O autor faz uma recuperação intelectual dessa invenção, buscando, em relatos de viajantes, gravuras, pinturas e textos acerca do continente, as origens dessa classificação que os europeus usaram para estereotipar e mitificar a África.

> O que é chamado de arte selvagem e primitiva compreende uma ampla gama de objetos introduzidos pelo contato entre africanos e europeus durante o intensificado tráfico de escravos no quadro classificador daquele período. Esses objetos, que talvez não sejam de modo algum arte em seus "contextos nativos", tornam-se arte por receberem simultaneamente um caráter estético e um potencial para produzir e reproduzir outras formas artísticas (Kern, 2010, p. 80-81).

Interessa investigar, agora, a invenção da África, isto é, como a África foi inventada, mitificada e distorcida. Para isso, Mudimbe toma como ponto de partida a seguinte indagação: Quem inventou essa África mitificada? O autor busca a resposta a essa pergunta por meio das "[...] verdades veiculadas por filósofos, antropólogos, missionários religiosos e ideólogos, bem como imagens ocidentalizadas e/ou eurocêntricas" (Weber, 2014, p. 563) sobre o continente — verdades e imagens que instituem ficções sobre a região, ou seja, instituem uma imagem de África inventada segundo os interesses de colonização europeia.

Nesse sentido, esta invenção cuidou para que não houvesse a construção de um conhecimento próprio da África. O que se instituiu como conhecimento verdadeiro sobre África, assim, foi essa representação distorcida inventada pelo eurocentrismo.

Fanon e o conceito de situação colonial

Dentro do segmento de epistemologias contemporâneas, Fanon ocupa um lugar importante. Suas obras tratam da dinâmica colonial e dos seus efeitos psicossociais. Neste texto, estudamos a obra *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2008), em que o autor se opõe aos postulados da ciência psicológica europeia referentes à relação nativo-colonizador, que afirma que os povos africanos são dependentes e necessitam da liderança e comando europeus. Fanon aponta como essa suposta dependência está longe de ser natural, mas foi justamente instituída pela violência colonial europeia. O autor é enfático: "a civilização europeia e seus representantes mais qualificados são responsáveis pelo racismo colonial" (Fanon, 2008, p. 88).

A situação colonial causa uma violência psicológica sem precedentes:

> O branco ao chegar em Madagascar provocou uma ferida absoluta. As consequências dessa irrupção europeia em Madagascar não são somente psicológicas, pois, todo o mundo já o disse, há relações internas entre a consciência e o contexto social" (Fanon, 2008, p. 88).

Desse modo, Fanon evidencia os efeitos severos que a situação colonial impõe ao colonizado, levando-o a ser afetado psicológica e socialmente por violências sem igual.

Em seguida, o intelectual martinicano argumenta a respeito do que conceitua como complexo de inferioridade gerado no negro.

> Meu paciente sofre de um complexo de inferioridade. Sua estrutura psíquica corre o risco de se desmantelar. É preciso protegê-lo e, pouco a pouco, libertá-lo desse desejo inconsciente. [...] Se ele se encontra a tal ponto submerso pelo desejo de ser branco, é que vive em uma sociedade que torna possível seu complexo de inferioridade, em uma sociedade cuja consistência depende da manutenção desse complexo, em uma sociedade que afirma a superioridade de uma raça; é na medida exata em que esta sociedade lhe causa dificuldades que ele é colocado em uma situação neurótica. Surge, então, a necessidade de uma ação conjunta sobre o indivíduo e sobre o grupo. Enquanto psicanalista, devo ajudar meu cliente a conscientizar seu inconsciente, a não mais tentar um embranquecimento alucinatório, mas sim a agir no sentido de uma mudança das estruturas sociais (Fanon, 2008, p. 95).

As conclusões sobre a análise feita sobre a condição de inferioridade instalada no psicológico do povo negro é extensível a todos os povos que sofreram colonização. A fratura psicológica não é natural, como querem os cientistas sociais e psicólogos europeus, e sim resultado da violência colonial.

Estudos Culturais e o conceito de identidade

Nesta seção, abordamos a tradição do Estudos Culturais, representada aqui por Stuart Hall (2008) e sua conceituação de identidade. O primeiro elemento é sua preferência, para se referir ao fenômeno, pelo conceito de processos de identificação, em vez de identidade, para marcar a condição de movimento que caracteriza o fenômeno.

O autor inicia sua argumentação dizendo que a forma mais comum de fazer referência à identidade é a naturalista, a qual afirma que "[...] a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal" (Hall, 2008, p. 106). Contrariamente a essa acepção de identidade, Hall (2008, p. 106) afirma que "[...] a abordagem discursiva vê a identificação como uma construção, como um processo nunca completado — como algo sempre 'em processo'". Seguindo na abordagem discursiva, Hall (2008) argumenta que o "eu" é mutável e é influenciado pela história, que passa por alterações ao longo de sua vida. Ainda, as identidades, para o autor, "[...] são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e

fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos" (Hall, 2008, p. 106):

> É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marca da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade étnica, naturalmente constituída [...] (Hall, 2008, p. 109).

Em seguida, o autor explica a *interpelação* que existe para nos "convidar" a assumir determinado tipo de discurso ou prática como sujeitos sociais detentores de discursos próprios. Ou seja, dentro de dada sociedade, existirá uma série de discursos e práticas variados disponíveis para cada sujeito social assumir para si e participar de sua criação.

Oyèrónkẹ Oyěwùmí e o conceito de gênero

Oyèrónkẹ Oyěwùmí é uma pesquisadora nigeriana que, em seus estudos, dentre outros temas, pesquisa sobre questões de gênero. A autora busca demonstrar que a categoria gênero, tal como criada pelas ciências sociais eurocêntricas, não pode ser empregada como uma categoria universal. Em *Conceituando gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e os desafios das epistemologias africanas* (2004), demonstra que o sistema de família nuclear europeu "[...] ainda é a fonte original de muitos dos conceitos que são usados universalmente na pesquisa de gênero" (Oyewùmí, 2004, p. 1), porém não se aplica às sociedades africanas.

Nas palavras da autora:

> A família nuclear é uma família generificada por excelência. Como uma casa unifamiliar, é centrada em uma mulher subordinada, um marido patriarcal, e as filhas e filhos. A estrutura da família, concebida como tendo uma unidade conjugal no centro, presta-se à promoção de gênero como categoria natural e inevitável, porque dentro desta família não existem categorias transversais desprovidas dela. Em uma família generificada, encabeçada pelo macho e com dois genitores, o homem chefe é concebido como ganhador do pão, e o feminino está associado ao doméstico e ao cuidado (Oyewùmí, 2004, p. 3-4).

De fato, é uma forma especificamente euro-americana que não pode ser entendida como algo universal. Oyěwùmí vai, então, mostrar que, para sociedades africanas, essa categoria não poderia ser usada. A partir de sua pesquisa sobre a família Iorubá, localizada no sudoeste da Nigéria, a autora demonstra que os papéis de parentesco e categorias não são diferenciados por gênero.

Este sistema familiar e de parentesco é designado pela autora como não-generificado,

em que "o princípio organizador fundamental no seio da família é antiguidade baseada na idade relativa, e não de gênero, as categorias de parentesco codificam antiguidade, e não gênero" (Oyewùmí, 2004, p. 6). Assim, a autora conclui pela imprecisão científica dos estudos de gênero das ciências sociais eurocêntricas, em suas pretensões de universalidade, e denuncia a violência epistêmica que realizam ao serem incapazes de cobrir as famílias africanas e, assim, apagarem sua especificidade.

Henrique Cunha Junior e a filosofia negra

Neste tópico, tratamos da filosofia de Henrique Cunha Junior e de sua reflexão sobre as cidades brasileiras. O autor aponta como o urbanismo brasileiro, em vez de compreender a especificidade dos bairros negros nas cidades, elabora conceitos sobre esses bairros que os estigmatizam e desqualificam, rotulando-os como "aglomerados urbanos subnormais" ou reduzindo-os a meras "periferias", ignorando sumariamente sua complexidade. Diante disso, o autor defende a necessidade de romper essa abordagem. Para isso, elabora os conceitos de bairros negros e de forma urbana negra, os quais possibilitam que as especificidades da população negra sejam reconhecidas cientificamente e incorporadas às políticas públicas e à educação.

> A produção de conhecimento sobre a população negra demanda um enfoque sobre os territórios, nos lugares vivenciados pelas populações negras, ou seja, pensada dentro do contexto dos bairros negros específicos. Abordagens educacionais focadas na situação da população negra, onde realizamos a nossa vida cotidiana (Cunha Junior, 2020, p. 67).

O conhecimento sobre cidade dentro do campo do urbanismo no Brasil vem, em grande medida, de conceitos eurocêntricos, produzindo, assim, o conceito de periferia, "que engloba loteamento ilegal, a autoconstrução e os distantes conjuntos habitacionais desprovidos de equipamentos urbanos e de espaços públicos" (Cunha Junior, 2020, p. 71). Tal designação leva à marginalização desses lugares dentro do pensamento do urbanismo e do planejamento urbano, gerando um ciclo de exclusão de políticas públicas específicas para estas localidades, em uma combinação entre racismo institucional e racismo epistêmico: "Nesse sentido, a invisibilidade de população negra e das necessidades reais dessa população, direitos, etc. se incorporam à forma urbana negra e traduzem o racismo estrutural sofrido pela população negra" (Cunha Junior, 2020, p. 72). Ainda segundo o autor:

> Os conceitos contidos na forma urbana negra deveriam ser matéria de conteúdo obrigatório nas diversas formações humanas sobre a sociedade brasileira, em virtude de demarcar um dos elementos de importante diferenciação entre a sociedade brasileira e as sociedades europeias, das vivências da população negra com relação às populações brancas na sociedade brasileira (Cunha Junior, 2020, p. 74).

Assim, o conceito de forma urbana negra proposto pelo autor é uma forma de análise das relações sociais das populações negras no meio urbano que se tem "dentro de um parâmetro transdisciplinar, através de um modelo complexo de análise e síntese quando produzidos com base no Pan-africanismo, com base nos conceitos de africanidade e afrodescendência" (Cunha Junior, 2020, p. 72).

Amazônia

Recentemente, têm se ampliado pesquisas empíricas e teóricas que buscam caracterizar a especificidade da sociedade amazônica no contexto do mundo moderno/colonial. Como parte da América Latina, sabemos a história de colonização de que foi vítima a região, porém pesquisas sobre como a matriz colonial de poder se territorializou e continua se territorializando na região precisam avançar.

Estas novas epistemologias produzem aproximações que ajudam a refletir teoricamente sobre a Amazônia do passado, do presente e do futuro. Assim, o raciocínio construído por Mudimbe acerca da invenção da África pode ser rememorado. O pensador trata de como a imagem do continente africano, multifacetado étnica e culturalmente, foi mitificada e reduzida a estereótipos preconceituosos que inferiorizavam seus povos. A África real foi substituída por uma África inventada pelo eurocentrismo, que funcionou como arma de colonização e destruição. Esta invenção, produzida em grande parte pelas ciências sociais, possibilitou genocídio, escravização e extrativismo predatório — a acumulação originária — em África.

Esta mesma episteme perversa da invenção de estereótipos desumanizantes incide igualmente sobre a Amazônia, com uma intensidade surpreendente. Região atrasada, vazio demográfico, pulmão do mundo, reserva de recursos naturais inesgotáveis: estes são alguns dos estereótipos inventados sobre a região que foram usados como instrumentos do colonialismo no passado e da imposição de políticas de desenvolvimento no presente.

Considerações finais

"Ruptura" é a forma como corriqueiramente essas novas epistemologias são interpretadas pelo conjunto das mudanças que trazem às ciências sociais. Todavia, a interpretação aqui realizada demonstra que um "aperfeiçoamento" seria a palavra mais adequada de se referir à mudança epistemológica que realizam.

Essas teorias têm em comum o princípio de combater o monopólio da autoridade epistêmica pelos sujeitos do eurocentrismo: o "[...] privilégio epistêmico de definir o que é verdade, o que é a realidade e o que é melhor para os demais [...]" (Grosfoguel, 2016, p. 25). Tal proposta epistemológica anda lado a lado com a descolonização da sociedade, uma vez que

o "privilégio epistêmico dos homens ocidentais sobre o conhecimento tem gerado não somente injustiça cognitiva, senão que tem sido um dos mecanismos usados para privilegiar projetos coloniais" (Grosfoguel, 2016, p. 25). Outra característica comum a estas epistemologias é que se afastam dos "[...] conceitos modernos e eurocentrados, enraizados nas categorias de conceitos gregos e latinos e nas experiências e subjetividades formadas dessas bases, tanto teológicas quanto seculares" (Mignolo, 2008, p. 288). As novas epistemologias fornecem, portanto, categorias e conceitos inovadores em relação àqueles historicamente discutidos dentro do universo das ciências humanas, provocando uma mudança qualitativa em seus quadros heurísticos, pois inclui conceitos que impedem definitivamente a continuidade de apagamentos e silenciamentos históricos.

Este ensaio objetivou, assim, debater a categoria de Outro na modernidade e nas ciências sociais por uma via singular: a ilustração das epistemologias constituídas por intelectuais pertencentes a estes grupos outrificados pela ideologia do eurocentrismo, englobados pela modernidade na categoria fictícia de "Outro".

Os textos mobilizados implicam menos ruptura com a tradição das ciências sociais, apesar de sua origem eurocêntrica, do que um esforço de contribuição para o aperfeiçoamento da precisão interpretativa da pesquisa científica, mapeando e corrigindo vieses estruturais e incorporando a visão de mundo de grupos sociais historicamente subalternizados pela própria disciplina. Nestas epistemologias, vemos intelectuais anticoloniais desconstruindo as eurocêntricas "estruturas e instituições que produzem o racismo/sexismo epistêmico, desqualificando outros conhecimentos e outras vozes críticas frente aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema-mundo" (Grosfoguel, 2016, p. 25). Não obstante sua diversidade radical, argumenta-se aqui que o objeto em comum dessas epistemologias é a desconstrução dessas estruturas de racismo epistêmico e epistemicídio instituídas pelo eurocentrismo e que colocaram em primeiro lugar as culturas e epistemes desses povos na posição de outrificação.

Deste modo, estas epistemologias reunidas neste breve ensaio dão uma mostra do esforço de desconstrução descolonizadora do eurocentrismo e da construção de novas bases epistemológicas que aperfeiçoam o quadro heurístico das ciências sociais em direção a um mundo livre da herança do colonialismo e do eurocentrismo.

Referências bibliográficas

CUNHA JUNIOR, Henrique. Bairros negros, a forma urbana das populações negras no Brasil. **Crítica e Sociedade**, Uberlândia, v. 10, n. 1, p. 16–27, 2020. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/view/57847. Acesso em: 19 jan. 2024.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 25–49, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100025&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 19 jan. 2024.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? *In*: SILVA, Tomaz. T. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 103–133.

KERN, Daniela. A invenção da África. **Revista Concinnitas**, Rio de Janeiro, ano 11, v. 1, n. 16, p. 75–83, jun. 2010. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/view/55585. Acesso em: 19 jan. 2024.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MIGNOLO, Walter D.; VEIGA, Isabella Brussolo. Desobediência Epistêmica, Pensamento Independente e Liberdade Decolonial. **Revista X**, Curitiba, v. 16, n. 1, p. 24–53, fev. 2021. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/78142. Acesso em: 19 jan. 2024.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Dossiê Literatura, língua e identidade, Fortaleza, n. 34, p. 287–324, 2008.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero:** os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução de Juliana Araújo Lopes. *In:* ARNFRED, Signe *et al.* (ed.). **African Gender Scholarship**: Concepts, Methodologies and Paradigms. Oxford: African Books Collective, 2004. (CODESRIA Gender Series, v. 1, Dakar).

WEBER, Priscila Maria. A África de Valentin Mudimbe e o desconstruir de uma ordem do conhecimento. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 563–568, dez. 2015. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/49228. Acesso em: 19 jan. 2024.